

PROCESSO - A. I. N ° 278906.0243/09-8
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - GASPARETTO TRATORES LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 2ª JJF nº 0129-02/11
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 12/12/2011

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0343-11/11

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. **a)** FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Acolhidas as arguições do autuado e reduzida a exigência. Infração parcialmente mantida. **b)** RECOLHIMENTO A MENOS. Acolhidas as arguições do autuado e reduzida a exigência. Infração parcialmente subsistente. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto contra a Decisão da 2ª Junta de Julgamento Fiscal (Acórdão JJF nº 0129-02/11) que julgou Procedente em Parte a presente autuação, através da qual foram atribuídas ao sujeito passivo quatro infrações distintas, sendo objeto do presente apelo apenas os itens 3 e 4, a seguir descritos:

INFRAÇÃO 3 – recolheu a menos o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação adquiridas com fins de comercialização. ICMS no valor R\$ 829.764,50. Multa de 60%;

INFRAÇÃO 4 – deixou de recolher o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação adquiridas com fins de comercialização. ICMS no valor R\$371.516,29. Multa de 60%;

A Junta de Julgamento Fiscal embasou a sua Decisão nos seguintes fundamentos, *in verbis*:

“Em relação à infração 03, o autuado detalha em sua defesa, devoluções, pagamentos do imposto integral dentro do prazo para pagamento do imposto por antecipação parcial, indicando os números das notas datas de entradas e notas de saídas como dentro do mesmo período, além de o autuado não ter considerado a carga tributária do Convênio ICMS 52/91, inciso II da Cláusula primeira, alterado pelo Convênio 01/00, já que a carga tributária a que estão sujeitas as máquinas, equipamentos e peças que comercializa foi reduzida para 5,60% nas operações internas, bem como indicando incorreções nos cálculos de notas fiscais, por rele relacionadas. Propondo, dessa forma, a manutenção parcial da infração.

Quanto à infração 04, o impugnante alega terem ocorrido transferências para suas filiais do estado do Piauí, e naturalmente pelas vendas realizadas, cujo ICMS devido foi recolhido, quer pelas antecipações parciais recolhidas, e, posteriormente compensadas, quer pelos saldos devedores que apresentaram a conta corrente do ICMS. Reivindica a redução de base de cálculo prevista no “Convênio 52/98”. Indica a existência de notas que já foram alcançadas pela substituição tributária. Da mesma forma que a infração 03, argumenta existirem mercadorias que foram adquiridas e vendidas no mesmo período sem necessitar o pagamento do imposto por antecipação parcial. Aponta notas fiscais destinadas a reparos dos veículos e não para comercialização, além de máquinas em devolução e não para comercialização, além de notas com inversão de número, notas para repositório em garantia, retorno de conserto, remessa para teste, remessa para demonstração.

O autuante em sua informação fiscal, inclusive, ratificando, após diligência solicitada, acolhe as arguições do autuado e exclui da exigência as notas indicadas na defesa, destacando, em sua última manifestação, que a solicitação de inclusão das notas fiscais na segunda manifestação do autuado serve apenas como reforço do pedido anterior, tendo em vista já ter atendido a sua defesa com a retirada das notas de entradas da planilha de cálculo.

O autuante, com o qual concordo, conclui caber acolhimento as arguições do autuado quanto às infrações 03 e 04, com as devidas exclusões e ajustes, com o novo valor a ser exigido, conforme planilha constante nas páginas 1746 a 1815 dos autos e novos demonstrativos de débitos das aludidas infrações, à fl. 1818 dos autos, a seguir reproduzidos:

Infração 03		Infração 04	
Ocorrência	ICMS devido	Ocorrência	ICMS devido
Janeiro.2006	6.664,48	novembro.2006	2.801,56

fevereiro.2006	5.691,42	março.2008	14.541,96
abril.2006	1.840,24	abril.2008	21.378,09
maio.2006	3.565,83	maio.2008	7.704,58
junho.2006	11.510,82	junho.2008	18.700,52
agosto.2006	2.789,27	outubro.2008	6.346,46
setembro.2006	9.408,28	novembro.2008	5.276,14
outubro.2006	8.868,10	dezembro.2008	18.056,88
dezembro.2006	1.653,62	Total	94.806,19
fevereiro.2007	3.154,72		
março.2007	854,45		
maio.2007	7.928,49		
junho.2007	2.541,39		
julho.2007	3.143,98		
agosto.2007	4.953,10		
setembro.2007	4.507,56		
janeiro.2008	7.742,81		
junho.2008	12.053,64		
agosto.2008	3.763,65		
setembro.2008	10.392,74		
Total	113.028,59		

Voto pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** do Auto de Infração, cabendo a manutenção das infrações 01, 02, 05 e 06 e a manutenção parcial das infrações 03 e 04”.

Em atendimento ao art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, a 1ª JF do CONSEF recorreu de Ofício a esta CJF.

VOTO

Não merece reforma a Decisão impugnada, porquanto a desoneração levada a efeito pela Junta de Julgamento Fiscal decorreu das correções efetivadas pelo próprio autuante nos demonstrativos de fls. 1.746/1.818.

Na oportunidade, foram corrigidos os seguintes equívocos, todos com relação às infrações 3 e 4: a) erros de cálculo do imposto lançado; b) aplicação da redução da base de cálculo para equipamentos industriais e implementos agrícolas, conforme previsto no Convênio ICMS 52/91, que tem repercussão para o cálculo da antecipação parcial, nos termos do §2º, do art. 352-A, do RICMS; c) exclusão dos pagamentos realizados pelo sujeito passivo a título de antecipação parcial; e d) exclusão das exigências relativas a mercadorias que foram vendidas no mesmo período em que se deu o ingresso no estabelecimento autuado.

Vale registrar que o processo foi convertido em diligência pela Junta de Julgamento Fiscal, tendo o autuante reafirmado as exclusões realizadas, anexando, inclusive, demonstrativos analíticos do débito remanescente, nos quais indica todas as notas fiscais relativas às operações cuja antecipação parcial não foi recolhida a tempo e a modo (fls. 1.746/1.818).

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 2789060243/09-8, lavrado contra **GASPARETTO TRATORES LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$473.520,81**, acrescido das multas de 50% sobre R\$234.184,04 e 60% sobre R\$239.336,77, previstas no art. 42, incisos I, “a”, II, alíneas “b”, “d” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de novembro de 2011.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

FABIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR

ROSANA MACIEL BITTENCOURT PASSOS – REPR. DA PGE/PROFIS